**Artigo de revisão**

**Infâncias violadas e as vulnerabilidades na violência sexual infantil: uma revisão integrativa**

**Violência sexual infantil**

**Infancia violada y vulnerabilidades en la violencia sexual infantil: una revisión integradora**

**Violencia sexual infantil**

**Violated childhoods and vulnerabilities in child sexual violence: an integrative review**

**Child sexual violence**

**Renata Cristina Alves da Rocha**

**Pontifícia Universidade Católica do Paraná**

**Psicóloga. Mestranda em Bioética pela PUCPR. Orcid: 0000-0002-5360-118X** [**renatacrisrocha0610@gmail.com**](mailto:renatacrisrocha0610@gmail.com)

**Caroline Filla Rosaneli**

**Pontifícia Universidade Católica do Paraná**

**Nutricionista. Mestre pela Unicamp. Doutora pela PUCPR. Pós-doutorado pela Cátedra Unesco da UnB. Orcid: 0000-0003-3710-5829.** [**caroline.rosaneli@gmail.com**](mailto:caroline.rosaneli@gmail.com)

**Eliane Freire Rodrigues de Souza De Carli**

**Médica e advogada. Mestranda em Desenvolvimento Comunitário na UNICENTRO. Coordenadora do Núcleo Lux Mundi na Conferência dos Religiosos do Brasil e Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Orcid: 0000-0002-5642-6081** [**elianefdecarli@gmail.com**](mailto:elianefdecarli@gmail.com)

**Mario Antonio Sanches**

**Pontifícia Universidade Católica do Paraná**

**Teólogo. Pós doutor prla Cátedra Bioética da Universidad Pontificia Comillas. Doutor em Teologia pela EST/IEPG com estágio doutoral no Instituto Kennedy de Ética na Universidade Georgetown, Washington, DC. Mestre em Antropologia Social pela UFPR. Orcid: 0000-0002-5794-2272.** [**m.sanches@pucpr.br**](mailto:m.sanches@pucpr.br)

**Introdução**

Por muito tempo a infância foi vista como uma mera etapa a ser ultrapassada, sem grandes especificidades e atenção. No entanto, a visão atual da infância é de que ela tem valor em si própria, que a criança é uma pessoa humana íntegra e completa, ainda que vulnerável e em desenvolvimento. De acordo com Moreira (2017) a infância é uma fase importante porque nela se estruturam as bases fundamentais do desenvolvimento humano, tanto físicas como psicológicas, sociais e emocionais, as quais vão se consolidando e se aperfeiçoando nas etapas seguintes de desenvolvimento.

É um período peculiar do desenvolvimento da criança, tanto no que se refere aos processos de amadurecimento fisiológico, incluindo a maturação de regiões e funções do cérebro, quanto de aquisições de experiências sociais e culturais (AGUIAR; FERREIRA, 2020).

Na infância, a criança vai construindo sua história e encontra-se mais vulnerável às influências externas que contribuem para a sua formação. Em sua trajetória, o indivíduo assimila regras, respeita normas, estabelece acordos, passa a obedecer a leis específicas referentes ao seu contexto social. A partir das relações que estabelece, a pessoa busca aceitação, reconhecimento e ascensão pela necessidade de adaptação e crescimento junto a seu meio (NEVES; SANCHES, 2017, p.13-14).

A infância é a fase de absorção de valores básicos, de conceitos morais e éticos que determinarão a formação e a estruturação da personalidade da criança e do adolescente. A violência infantoadolescente quando não reconhecida nem tratada, deixa marcas e imprime valores distorcidos em sua psique. Seus danos poderão influenciar as reações, os impulsos e as escolhas para o resto da vida, e se perpetuar pela reprodução da violência na relação com as gerações futuras (BRASIL, 2010).

A violência, especialmente quando ocorre intrafamiliarmente, gera um ambiente, no qual o medo, o estresse e o desamparo predominam. Esses sentimentos contribuem para que a violência sexual seja mantida em segredo pela própria vítima e por outros membros da família que, em alguns casos conhecem a situação, mas não realizam a denúncia. A violência sexual deflagra o caráter indefeso da criança que precisa ser cuidada, o que a torna ainda mais vulnerável, pois é no lar que a criança precisa se sentir segura e amada (SANCHES et al., 2019).

De Carli (2020) ressalta que após o nascimento, o cérebro da criança continua sendo “construído” e a qualidade de sua construção depende das experiências vividas. Quanto mais saudáveis forem as relações nesse período de desenvolvimento, melhor será a preparação das crianças para o futuro. Exatamente por essa vulnerabilidade intrínseca da criança, que surge a preocupação de legisladores, operadores do direito, médicos, psicólogos e rede de proteção, em promover a garantia dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes.

A Convenção Internacional dos Direitos da Criança – documento aprovado pela Assembleia das Nações Unidas, em 20 de novembro de 1989, afirma que as crianças, tendo em vista a sua vulnerabilidade, necessitam de cuidados e proteção especiais. Evidencia-se a importância da família, para que a criança desenvolva sua personalidade, em um ambiente de felicidade, amor, educação e compreensão. Para Veronese (2019), um dos pontos fundamentais da Convenção é o que se refere à obrigação do Estado em proteger as crianças de todo tipo de maus tratos cometidos pelos pais, parentes ou qualquer pessoa responsável pelo seu bem-estar; além do dever de dar apoio a programas e tratamentos preventivos a tais hipóteses.

Da Convenção Internacional é importante ressaltar o seu art. 19:

Os Estados-partes adotarão todas as medidas legislativas, administrativas, sociais e educacionais apropriadas para proteger a criança contra todas as formas de violência física ou mental, abuso ou tratamento negligente, maus-tratos ou exploração, inclusive abuso sexual, enquanto a criança estiver sob a custódia dos pais, do representante legal ou de qualquer outra pessoa responsável por ela.

Segundo Barbiani (2016), a doutrina de proteção social interpela Estado, sociedade e família ao dever de priorização das crianças e adolescentes, mediante a prestação de cuidados e proteção, como por meio do estímulo ao seu desenvolvimento, visto que a eles deve ser destinado investimentos em políticas públicas de proteção e garantia de direitos.

De acordo com Rosaneli, Spinelli e Cunha (2016), a Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos - DUBDH (UNESCO, 2005) indica que os indivíduos e grupos, particularmente os vulneráveis, como as crianças, devem ser protegidos e deve ser respeitada sua integridade. De acordo com o documento, a vulnerabilidade elevada à condição de princípio ético visa garantir o respeito pela dignidade humana nas situações em relação às quais a autonomia e o consentimento se manifestam insuficiente, como é o caso da infância. Segundo Dratch, Simão-Silva e Rosaneli (2020), uma criança é considerada protegida e segura quando não há violação aos princípios da justiça e dos seus direitos humanos fundamentais.

Para Sarmiento (2010), as questões relacionadas à infância têm se tornado um imperativo ético para os nossos tempos, e envolvem a família, a sociedade, a saúde, a educação, a justiça e a legislação.

Somente uma complexa articulação de ações sociais, culturais e globais, considerando os princípios da bioética do cuidado e do respeito à dignidade, podem ter como consequência a proteção e a garantia dos direitos humanos fundamentais da criança.

Não podemos fazer da indiferença singular da espécie humana que diante da dor do outro, diante de tanta barbárie já experimentada, não consegue se mover e mudar o sentido da vida na Terra. Faz-se necessário muita lucidez para enfrentar o tempo contemporâneo alimentado no seu cotidiano por incertezas e indiferenças (ROSANELI, 2020).

“Miserável é a sociedade que não cuida dos seus mais vulneráveis” (VERONESE; ROSSETTO, 2021, p.26). É exatamente na busca do cuidado e da proteção da infância, que a bioética, através da identificação dos fatores de vulnerabilidade que violam os direitos das crianças, almeja desvelar e promover ações de reflexão e de prevenção da violência contra essa população vulnerável. Justifica-se, portanto, este estudo em busca de identificar e proteger a infância da violação de seus direitos fundamentais e promover a implementação de programas interdisciplinares de conscientização, em todas as esferas da sociedade, sobre as consequências nocivas e permanentes na vida de quem sofre a violência sexual.

Diante do contexto alarmante de violência perpetrada contra crianças, em modo especial da violência sexual, e as consequências negativas para o desenvolvimento neurológico, emocional, físico e social das vítimas, o objetivo deste estudo foi identificar, a partir de uma perspectiva bioética, os fatores de vulnerabilidades individuais e sociais em que as crianças são violadas em sua infância por conta das violências sexuais.

**Método**

Esta pesquisa foi desenvolvida por meio de uma revisão integrativa conforme proposta de De Souza, Silva e Carvalho (2010). Para tal, utilizou-se as bases de dados *US National Library of Medicine* (Pubmed), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e *Scientific Electronic Library Online* (SciELO). A busca foi realizada entre os dias 24 e 26 de maio de 2021, considerando as chaves de pesquisa: “violência sexual *and* criança *and* vulnerabilidade” *or* “violência sexual *and* “infantil *and* vulnerabilidade” *or* “violência sexual *and* infância *and* vulnerabilidade” *or* “violencia sexual *and* niño *and* vulnerabilidad” *or* “violencia sexual *and* infantil *and* vulnerabilidad” *or* “violencia sexual *and* infancia *and* vulnerabilidad” *or* “sexual child violence *and* vulnerability”. Foram recuperados textos completos, em língua portuguesa, espanhola e inglesa, totalizando 411 artigos, os quais foram submetidos ao processo de revisão integrativa, resultando em 80 artigos.

A análise da perspectiva ética se deu por meio da categorização e análise das vulnerabilidades abordadas nos textos científicos analisados. Devido à amplitude de temas possível para análise, buscou-se focar nas vulnerabilidades relacionadas com as categorias individual e social. Para as categorias estabeleceu-se as análises das vulnerabilidades utilizando as propostas conceituais de Ayres et al. (2006). No Fluxograma 1 apresenta-se o roteiro de buscas.

Fluxograma 1. Fluxograma de buscas nas bases de dados.

**Banco de dados**

BVS: **N = 199**

PubMed: **N = 201**

Scielo: **N = 11**

**Descritores de estudos selecionados N = 411**

“sexual child violence”and “vulnerability” **N = 350**

“violência sexual” and “criança” and “vulnerabilidade” **N = 14**

“violência sexual” and “infância” and “vulnerabilidade” **N = 9**

“violência sexual” and “infantil” and “vulnerabilidade” **N = 9**

“violencia sexual” and “niño” and “vulnerabilidad” N **= 11**

“violencia sexual” and “infantil” and “vulnerabilidad” **N = 11**

“violencia sexual” and “infancia” and “vulnerabilidad” **N = 7**

**Critérios de inclusão:**

* Estudos referentes à violência sexual na infância (0 a 10 anos de idade)
* Idiomas português, inglês e espanhol
* Publicações disponíveis on-line, em livre acesso
* Publicados nos últimos 5 anos (2016 a 2021)

**Critérios de exclusão:**

* Estudos duplicados
* Monografias e teses
* Estudos que se referiam a outros tipos de violências e/ou com população acima de 10 anos de idade

**Estudos selecionados**

BVS: **N = 35**

PubMed: **N = 45**

Scielo: **N = 0**

**Descritores de estudos selecionados N = 80**

“sexual child violence”and “vulnerability” **N = 80**

Fonte: os autores.

**Resultados e discussão**

Os autores seguintes foram analisados nessa revisão, sendo eles, Cerna-Turoff et al. (2021); Christoffersen (2020); Ćurčić-Hadžagić (2020); Duarte et al. (2020); Endler et al. (2020); Gausman et al. (2020); Ghosh et al. (2020); Jina et al. (2020); Khosravi (2020); Lucia et al. (2020); Ogunjimi et al. (2020); Silva, Trindade e Oliveira (2020); Tolu e Gudu (2020); Xue et al. (2020); Warner et al. (2020); Weissman et al. (2020); Baldwin et al. (2019); Eisenbruch (2019); Ernst et al. (2019); Faus et al. (2019); Fite et al. (2019); Mendes, Pinskier e McCurdy (2019); Rees et al. (2019); Ten Have et al. (2019); Bjørnseth e Szabo (2018); Boroughs et al. (2018); Brattabø, Bjørknes e Åstrøm (2018); Curry e Utley (2018); Enyedy, Tsikouras e Csorba (2018); Gewirtz-Meydan et al. (2018); Heany et al. (2018); Hébert et al. (2018); Hébert, Langevin & Oussaïd (2018); Kim et al. (2018); Kraan et al. (2018); Mackiewicz Seghete, Deprince e Banich (2018); Mason-Jones e Nicholson (2018); Moynihan et al. (2018); Negriff e Valente (2018); Ohlsson Gotby et al. (2018); Ottisova et al. (2018); Özdin et al. (2018); McGeough e Sterzing (2018); Pittenger, Pogue e Hansen (2018); Sigurdardottir e Halldorsdottir (2018); Tendolkar et al. (2018); Alves Moreira et al. (2017); Banihashemi (2017); Barnert et al. (2017); Bortolon, Seillé e Raffard (2017); Busso et al. (2017); Cerón-Hernández, Roa-Torres e Salcedo-Cifuentes (2017); Guedes et al. (2017); Hostinar et al. (2017); Leoncio, Souza e Machado (2017); Leoschut e Kafaar (2017); Lucchese et al. (2017); Lutz et al. (2017); Mathews et al. (2017); McCrory, Gerin e Viding (2017); McLaughlin et al. (2017); Mitchell et al. (2017); Peterman et al. (2017); Tollenaar et al. (2017); Zijlstra et al. (2017); Atmaca e Gençöz (2016); Austin et al. (2016); Barnes et al. (2016); Daley et al. (2016); Edalati, Krausz e Schütz (2016); Ernberg, Tidefors e Landström (2016); Hassan et al. (2016); Hounmenou (2016); Mandavia et al. (2016); Martín-Blanco et al. (2016); McAlpine, Hossain e Zimmerman (2016); Reid (2016); Schalinski et al. (2016); Shields et al. (2016); Teicher e Samson (2016).

Figura 1. Número de estudos sobre violência sexual infantil no mundo entre 2016 e 2021.

Desenho de um cachorro

Descrição gerada automaticamente com confiança baixa

Fonte: os autores.

Foram selecionados um total de 80 artigos, distribuídos em estudos em 74 países. A distribuição das pesquisas globalmente e o número de pesquisas por país variou enormemente. Estados Unidos e Canadá apresentaram o maior número de pesquisas (38), enquanto a América Latina um total de 21 estudos, sendo 8 no Brasil.

Os resultados da análise dos artigos selecionados possibilitaram a identificação dos fatores de vulnerabilidade relacionados à violência sexual infantil em âmbito internacional. Para a análise e discussão, são apresentados, na Tabela 1, os fatores identificados no estudo, subdivididos em macro categorias. Pode-se observar que as vulnerabilidades individuais se encontram em 97,5% dos 80 artigos analisados, enquanto as vulnerabilidades sociais em, aproximadamente, 43,2% dos artigos.

Tabela 1. Categorização dos fatores de vulnerabilidades encontrados na pesquisa.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Categorização** | **Fatores de vulnerabilidade** | **Número de Artigos** |
| **Vulnerabilidade Individual** | imaturidade psicobiológica e deficiências | 8 |
| aspectos psicológicos, neurológicos, cognitivos, físicos e sociais | 69 |
| gravidez precoce e casamento infantil | 16 |
| violência intergeracional e revitimização | 17 |
| **Vulnerabilidade Social** | aspectos/relações familiares | 13 |
| migração, tráfico e exploração sexual infantil | 8 |
| condições socioeconômicas desfavorecidas | 6 |
| contextos violentos | 3 |
| exposição em ambiente escolar e esportivos | 2 |
| características dos agressores | 7 |
|  | isolamento social | 2 |

Fonte: os autores.

**Vulnerabilidade Individual**

Segundo as categorias de vulnerabilidade propostas por Ayres et al. (2006), a vulnerabilidade individual se refere, entre outros, aos fatores biológicos, psicológicos, cognitivos e atitudinais. A vulnerabilidade individual pode ser um fator de risco no que se refere à violência sexual perpetrada contra crianças, e esta pode causar danos devastadores e duradouros na vida das vítimas.

Dos 80 artigos analisados, 76 abordam questões relacionadas à vulnerabilidade individual. Desses, aproximadamente, 93,6% estão relacionados aos fatores psicológicos, neurológicos, cognitivos, físicos e sociais da vítima, como: depressão, ansiedade, transtorno do estresse pós-traumático (TEPT), transtorno borderline, transtorno obsessivo-compulsivo, transtorno do pânico, transtorno bipolar, distúrbios do sono, alucinações auditivas, fobias, transtornos alimentares, baixa autoestima, vergonha, sentimento de culpa, medo irracional, desamparo, insegurança,, reduzido desempenho cognitivo, doenças cardiovasculares, diabetes, doenças autoimunes, estresse crônico, câncer, redução da expectativa de vida, uso de substâncias, ideações ou tentativas de suicídio, autolesão, comportamentos sexuais de risco e/ou disfunções sexuais e doenças sexualmente transmissíveis.

A violência sexual infantil pode produzir mudanças debilitantes permanentes no cérebro da criança, predispondo-as a condições psiquiátricas na vida adulta. Para Jina et al. (2020) e Alves Moreira et al. (2017) a violência se traduz em um forte estressor em relação ao processo normal de crescimento e desenvolvimento infantil, e que, independentemente da idade e sexo das vítimas, apresenta um caráter traumático, com efeitos adversos a curto e longo prazo.

De acordo com Schalinski et al. (2016), quanto ao período sensível e o tempo de duração da violência, observou-se que quanto mais cedo a violência ocorrer e quanto mais tempo durar, mais graves são os índices de psicopatologia em pacientes adultos.

Durante a infância, o cérebro está sendo moldado continuamente e áreas cerebrais específicas podem ser particularmente vulneráveis ​​às adversidades, tendo como consequência um impacto profundo e duradouro sobre o funcionamento e as estruturas cerebrais, além de uma maior vulnerabilidade para o desenvolvimento de psicopatologias na vida adulta (HEANY et al., 2018; TENDOLKAR et al., 2018; LUTZ et al., 2017).

Weissman et al. (2020) investigaram a associação entre a violência infantil, o volume do hipocampo e da amígdala e eventos estressantes ao longo da vida, demonstrando os efeitos indiretos da exposição à violência no aumento da depressão ao longo do tempo através de menores volumes do hipocampo e da amígdala. Também com relação às modificações cerebrais, Busso et al. (2017) identificaram que a violência sexual está associada à redução da espessura cortical nas regiões pré-frontal e temporal medial e lateral do cérebro, prevendo comportamento antissocial e transtorno de ansiedade generalizada.

Dentre esses fatores estão, também, a imaturidade devido à pouca idade, a deficiência física, intelectual ou neurológica, explicitados em 8 artigos. Dentre esses, o estudo de Ogunjimi et al. (2020), enfatiza que devido a sua imaturidade cognitiva, a criança é incapaz de discernir ou julgar adequadamente uma situação de violência sexual. Alguns distúrbios do neurodesenvolvimento, como Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade (TDAH) podem potencialmente elevar o risco de vitimização sexual (SEVLEVER; ROTH; GILLIS, 2013; SNYDER, 2015).

De acordo com Brattabø, Bjørknes e Åstrøm (2018), um estudo norueguês, com a equipe pública de saúde bucal, identificou que as repetidas faltas de comparecimento a consultas odontológicas, cárie grave, falta de higiene, podem estar relacionadas à negligência e possíveis casos de violência sexual.

A gravidez indesejada está intimamente relacionada a um outro fator de vulnerabilidade que é o casamento infantil, sendo observada em 16 artigos. Dentre esses, 6 artigos enfatizam que o casamento infantil, apesar de ser uma violação aos direitos humanos, está enraizado em algumas práticas culturais familiares e religiosas, assim como sua finalidade, por vezes, de sobrevivência em meio à pobreza e à guerra.

Em 17 artigos foram abordadas as correlações existentes entre a exposição infantil à violência e a violência intergeracional, assim como maior probabilidade de revitimização na vida adulta e polivitimização. Experiências negativas da infância previram, em mulheres, um maior risco de exposição à violência do parceiro íntimo (ATMACA; GENÇÖZ, 2016; ĆURČIĆ-HADŽAGIĆ, 2020; GUEDES et al., 2017). Para Leoschut e Kafaar (2017) crianças vítimas de violência têm uma maior probabilidade de polivitimização, pois os tipos de vitimização são frequentemente interconectados e gera não apenas suscetibilidade a outras formas de vitimização, mas também vulnerabilidade entre contextos.

Outro fator importante relacionado às múltiplas formas de violência é o acesso a conteúdo sexuais na internet. Negriff e Valente (2018) demonstraram que jovens com histórico de maus-tratos na infância têm maior risco de vitimização online e de apresentar comportamentos sexuais de risco como postagem de fotos sexualmente sugestivas, visualização de conteúdo sexualmente explícito e interações sexuais online com desconhecidos.

**Vulnerabilidade Social**

A dimensão social, segundo Ayres et al. (2006) se refere aos aspectos contextuais que estão na base das vulnerabilidades individuais e que permitem compreender as relações dos indivíduos com os processos que o vulnerabilizam. Entre alguns desses aspectos estão as relações socioeconômicas, as relações familiares, as características do agressor e do contexto, a migração, o tráfico de pessoas, entre outros.

Dos 80 artigos analisados, 33 abordam questões relacionadas à vulnerabilidade social. Destes, 13 artigos se relacionam ao fator aspectos/relações familiares. De acordo com o Organização Mundial de Saúde (OMS, 2002), diversas pesquisas têm associado a violência infantil a determinadas características psicológicas e comportamentais da pessoa responsável pela criança, bem como características do ambiente familiar. Situações como perda de emprego, uso abusivo de álcool e outras drogas, separação e/ou conflito conjugal, morte de um de seus membros e psicopatologia parental são algumas das características familiares que podem ser consideradas fatores de risco para a violência sexual infantil.

A pesquisa de Barnert et al. (2017), enfatiza que a violência doméstica e outros tipos de disfunção familiar, podem levar crianças e jovens a fugirem de casa ou serem forçados a sair de casa, aumentando os riscos do comércio e tráfico sexual. Ottisova et al. (2018) ressaltam que a exploração sexual comercial de crianças e o tráfico sexual infantil, afetam milhões de crianças em todo o mundo e representam problemas significativos de saúde pública e de violação dos direitos humanos.

A pesquisa de Reid (2016) evidenciou que jovens com deficiência intelectual apresentam risco elevado para vários tipos de vitimização, especialmente para a exploração no tráfico sexual, e destaca que a internet não supervisionada pelos pais ou cuidadores oferece aos traficantes um maior acesso às suas vítimas.

Segundo McAlpine, Hossain e Zimmerman (2016), o tráfico sexual de crianças e jovens é, também, muito frequente em ambientes afetados por conflitos armados. Nesses ambientes existem várias formas de tráfico humano e exploração sexual, ocorrendo principalmente como casamento precoce ou forçado, exploração sexual forçada e escravidão sexual.

A insegurança gerada por conflitos armados, crises econômicas e sociais, levam milhares de pessoas a deixarem seus países de origem como migrantes ou refugiados. Para Endler et al. (2020), as condições inseguras nos campos de refugiados levam alguns pais a casarem suas filhas a fim de protegê-las. Para Mason-Jones e Nicholson (2018), uma característica marcante da crise humanitária que a Europa está vivendo é o grande número de crianças migrantes, por vezes, sem o acompanhamento de um adulto, as quais correm um risco elevado de violência sexual, exploração e abuso devido à natureza perigosa das viagens e ao risco subsequente de exposição aos traficantes.

De acordo com Mitchell et al. (2017), a vulnerabilidade a essas formas extremas de exploração, são impulsionadas ou facilitadas por fatores como renda familiar e fatores estruturais, especialmente a precariedade de estruturas jurídicas, as redes sociais e as opções de subsistência em ambientes afetados por conflitos e deslocamentos.

Dois artigos destacam que, apesar de muitos casos de violência sexual ocorrerem em famílias que vivem na pobreza, não é um fenômeno exclusivamente associado a famílias pobres, mas presente em todos os estratos socioeconômicos. No entanto, Gomes e Pereira (2005) enfatizam que a situação socioeconômica é o fator que mais tem contribuído para a desestruturação da família, repercutindo diretamente nas crianças, que têm ameaçados e violados seus direitos fundamentais.

Hounmenou (2016) revela que algumas crianças se veem obrigadas a usarem o sexo com adultos em troca de necessidades básicas como comida, abrigo, proteção. Essas crianças, por vezes, órfãs de pais com HIV, encontrando-se forçadas a assumir o papel de principal provedor de sustento para si mesmas e seus irmãos, levando-as a se envolverem no comércio sexual.

Dentre os artigos, 3 evidenciam que contextos violentos estão diretamente relacionados à violência sexual. Pesquisa realizada por Faus et al. (2019) sobre a influência de comunidades violentas na vida de jovens vítimas de violência sexual na infância, mostrou que jovens com histórico de violência sexual, que viviam em comunidades não violentas, tinham o dobro de chance de se envolverem com violência juvenil em comparação com jovens não expostos à violência sexual; aumentando em quatro vezes na presença de comunidades violentas.

A escola e ambientes esportivos, também foram evidenciados como ambientes de risco. O ambiente esportivo, segundo Bjørnseth e Szabo (2018) é ideal para a perpetração da violência sexual, pois é visto como uma parte “sagrada” da cultura, suspendendo, por conseguinte, normas e aceitando comportamentos que normalmente seriam inaceitáveis, onde o treinador possui a permissão de tocar crianças como parte de seu trabalho, enquanto desfruta da confiança dos pais.

No que se refere aos perpetradores da violência sexual infantil, os números mostram que mais de 70% dos casos de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes são praticados por pais, mães, padrastos ou outros parentes das vítimas. Em mais de 70% dos registros, a violência é cometida na casa do abusador ou da vítima (AGÊNCIA BRASIL, 2019).

Com relação às características do agressor, 7 artigos identificaram que o agressor é quase sempre um conhecido, frequentemente, com laços sanguíneos, o que facilita a perpetuação da violência intrafamiliar por meio de engano, chantagem ou ameaça. Ogunjimi et al. (2020) relatam que alguns agressores foram vítimas de violência sexual no passado, mas não receberam acompanhamento médico ou psicológico, e como fator central, não obtiveram justiça por terem sido violentados.

De acordo com a análise de dados públicos em Belém do Pará, realizado por Ferraz, Veloso e Cabral (2021), observou-se com relação ao perfil do agressor que:

Em relação ao sexo feminino, 90,6% dos agressores de meninas são homens 5,75% dos casos, o agressor encontrava-se alcoolizado. Já no sexo masculino, 91,44% dos agressores de meninos são homens e, em 3,39% das notificações, o agressor encontra-se alcoolizado, embora em 58,48% dos casos essa informação tenha sido ignorada. Os maiores perpetradores de violência sexual contra meninas, em todas as faixas etárias, são homens conhecidos da família, respondendo agressão a 43,34% das vítimas. O padrasto aparece como segundo maior agressor para o sexo feminino, sendo responsável por 14,83% dos casos (FERRAZ; VELOSO; CABRAL, 2021, p.138).

Mendes, Pinskier e McCurdy (2019) destacaram que em uma comunidade judaica ultra ortodoxa na Austrália, apresentou-se um caso incomum, no qual tanto o perpetrador quanto as vítimas eram mulheres: uma ex-diretora de escola judaica abusou de diversas meninas.

Alguns estudos apontaram que o isolamento social decorrente da pandemia do Covid-19 limitou o contato social e, portanto, possibilitou a ocorrência da violência familiar, sendo possível perceber um aumento exponencial nos casos de violência infantil, negligência, exploração e violência doméstica. Para Xue et al. (2020) a violência familiar, incluindo violência por parceiro íntimo/violência doméstica, violência infantil e violência contra idosos, é uma pandemia oculta que acontece paralelamente a do Covid-19. Os problemas de saúde mental pelo isolamento social aumentam a probabilidade de aprisionar as vítimas de violência doméstica em um ambiente doméstico inseguro e violento.

Para Ghosh et al. (2020), as consequências do Covid-19, como a morte de genitores, as dificuldades financeiras familiares, as interrupções das aulas presenciais, entre outras, podem potencializar os fatores de risco para a violência sexual infantil. Além disso, durante o isolamento social, muitos agressores abusam de crianças por meio de plataformas online.

**Considerações finais**

Os diversos fatores de vulnerabilidade identificados nessa pesquisa demonstram que a violência sexual infantil traz consequências individuais e sociais, duradouras e devastadoras, na vida das vítimas. Identificar os fatores de vulnerabilidade foi o primeiro passo para compreendermos a vastidão de um fenômeno que viola os direitos e a dignidade de milhões de crianças em todo o mundo.

Erradicar a violência é uma tarefa que cabe a todos nós, e, portanto, é necessário que a consciência humana rompa com a alusão e a permissão a qualquer forma de violência, especialmente contra os mais indefesos e vulneráveis. É nesse cenário que a Bioética, com seu olhar transdisciplinar, pode trazer contribuições eficazes de responsabilidade moral e de ações que visem o comprometimento de todos ao cuidado, o respeito à dignidade humana, a proteção dos mais vulneráveis e com uma sociedade que não permita e legitime a violência.

Dessa forma, a identificação dos fatores de vulnerabilidade deveria contribuir para o planejamento e a implementação de programas e políticas públicas eficazes de defesa, proteção e de promoção dos direitos da criança. É nossa responsabilidade garantir um futuro melhor às crianças, e, portanto, começarmos hoje a protegê-las de qualquer forma de violação de seus direitos.

Somente em um ambiente, onde não reine a violência, a criança será capaz de crescer de forma harmoniosa e se desenvolver plenamente. É necessário que no lugar da violência, do desrespeito e da submissão, sejam introduzidos em nossas famílias e sociedade, valores que contribuam para a construção da paz, do cuidado, da responsabilidade mútua e do respeito à dignidade humana.

**Referências Bibliográficas**

AGÊNCIA BRASIL. **Mais de 70% da violência sexual contra crianças ocorre dentro de casa: Campanha nacional de conscientização é realizada no mês de maio**. 18 maio 2019. Disponível em: http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2019-05/mais-de-70-da-violencia-sexual-contra-criancas-ocorre-dentro-de. Acesso em: 15 jul. 2021.

AGUIAR, E. V.; FERREIRA, C. A. Violência Sexual contra crianças e adolescentes e suas consequências psicológicas, cognitivas e emocionais: revisão integrativa de literatura. **Rev. Psicol Saúde e Debate**, v.6, n.2, p.80-96, 2020.

ALVES MOREIRA, K. F. et al. Perfil das crianças e adolescentes vítimas de violência. **Revista de Enfermagem UFPE on line,** v.11, n.11, p.4410-4417, 2017.

ATMACA, S.; GENÇÖZ, T. Exploring revictimization process among Turkish women: The role of early maladaptive schemas on the link between child abuse and partner violence. **Child Abuse & Neglect**, v.52, p.85-93, 2016.

AUSTIN, A. et al. Disability and Exposure to High Levels of Adverse Childhood Experiences: Effect on Health and Risk Behavior. **North Carolina Medical Journal**, v.*77,* n.1, p.30-36, 2016.

AYRES, J.R. et al. Risco, vulnerabilidade e práticas de prevenção e promoção da saúde. In: CAMPOS, G.W. et al. (Orgs.). **Tratado de Saúde Coletiva**. Hucitec; Fiocruz, p.375-417, 2006.

BALDWIN, J. R. et al. Adolescent victimization and self-injurious thoughts and behaviors: A genetically sensitive cohort study. **Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry**, v.58, n.5, p.506-513, 2019.

BANIHASHEMI, L. et al. Childhood maltreatment moderates the effect of combat exposure on cingulum structural integrity. **Development and Psychopathology**, v.29, n.5, p.1735-1747, 2017.

BARBIANI, R. Violação de direitos de crianças e adolescentes no Brasil: interfaces com a política de saúde. **Saúde Debate**, v.40, n.109, p. 200-211, 2016.

BARNERT, E. et al. Commercial Sexual Exploitation and Sex Trafficking of Children and Adolescents: A Narrative Review. **Academic Pediatrics,** v.17, n.8, p.825-829, 2017.

BARNES, M. C. et al. Understanding vulnerability to self-harm in times of economic hardship and austerity: a qualitative study. **BMJ Open**, v.6, n.2, p.1-8, 2016.

BJØRNSETH, I.; SZABO, A. Sexual Violence Against Children in Sports and Exercise: A Systematic Literature Review. **Journal of Child Sexual Abuse**, v.27, n.4, p.365-385, 2018.

BOROUGHS, M. S. et al. Posttraumatic stress symptoms and emerging adult sexual minority men: Implications for assessment and treatment of childhood sexual abuse. **Journal of Traumatic Stress**, v.31, n.5, p.665-675, 2018.

BORTOLON, C.; SEILLÉ, J.; RAFFARD, S. Exploration of trauma, dissociation, maladaptive schemas and auditory hallucinations in a French sample. **Cognitive neuropsychiatry**, v.22, n.6, p.468-485, 2017.

BRATTABØ, I. V.; BJØRKNES, R.; ÅSTRØM, A. N. Reasons for reported suspicion of child maltreatment and responses from the child welfare - a cross-sectional study of Norwegian public dental health personnel. **BMC Oral Health**, v.18, n.1, p.1-10, 2018.

BUSSO, D. S. et al. Child Abuse, Neural Structure, and Adolescent Psychopathology: A Longitudinal Study.**Journal of the American Academy of Child and Adolescent Psychiatry**, v.56, n.4, p.321-328, 2017.

CERNA-TUROFF, I. et al. Factors associated with violence against children in low-and middle-income countries: a systematic review and meta-regression of nationally representative data. **Trauma, Violence, & Abuse**, v.*22,* n*.*2, p.219-232, 2021.

CERÓN-HERNÁNDEZ, G.; ROA-TORRES, S.; SALCEDO-CIFUENTES, M. Caracterización de los casos de abuso sexual valorados en los servicios de urgencias y consulta externa de una institución hospitalaria de primer nivel en el Departamento del Cauca, 2007-2015. **Universidad y Salud**, v.19, n.2, p.226-236, 2017.

CHRISTOFFERSEN, M. N. Sexual Crime Against Schoolchildren With Disabilities: A Nationwide Prospective Birth Cohort Study*.* **Journal of Interpersonal Violence**, p.1-29, 2020.

ĆURČIĆ-HADŽAGIĆ, N. Psychological Consequences in Abused and Neglected School Children Exposed to Family Violence. **Psychiatria Danubina**, v.32, n.3, p.367-370, 2020.

CURRY, T. J.; UTLEY, E. A. She touched me: Five snapshots of adult sexual violations of black boys. **Kennedy Institute of Ethics Journal**, v.28, n.2, p.205-241, 2018.

DALEY, D. et al. Risk terrain modeling predicts child maltreatment. **Child Abuse & Neglect**, v.62, p.29–38, 2016.

DE CARLI, E.F. As implicações da violência no desenvolvimento das crianças e adolescentes. In: VERONESE, J.R.P. (org.) **Estatuto da Criança e do Adolescente – 30 anos: grandes temas, grandes desafios.** Lumen Juris, 2020, p. 487-507.

DE SOUZA, M.; SILVA, M.; CARVALHO, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**, v.8, n.1, p.102-106, 2010.

DRATCH, C.B.; SIMÃO-SILVA, D.P.; ROSANELI, C.F. Considerações éticas acerca da proteção da infância frente à prevalência de excesso de peso. **Revista Brasileira de Bioética**, v.14, n.3, p.1-15, 2018.

DUARTE, D. et al. Childhood-maltreatment subtypes in bipolar patients with suicidal behavior: systematic review and meta-analysis. **Brazilian Journal of Psychiatry**, v.42, p.558-567, 2020.

EDALATI, H.; KRAUSZ, M.; SCHÜTZ, C. G. Childhood maltreatment and revictimization in a homeless population.**Journal of interpersonal violence,** v.31, n.14, p.2492-2512, 2016.

EISENBRUCH, M. “His body is human, but he has a tiracchāna heart”: An ethnographic study of the epigenesis of child abuse in Cambodia. **Child abuse & neglect**, v.88, p.129-143, 2019.

ENDLER, M. et al. Sexual and reproductive health and rights of refugee and migrant women: gynecologists’ and obstetricians’ responsibilities. **International Journal of Gynecology & Obstetrics**, v.149, n.1, p.113-119, 2020.

ENYEDY, A.; TSIKOURAS, P.; CSORBA, R. Medical and Legal Aspects of Child Sexual Abuse: A Population-Based Study in a Hungarian County.**International journal of environmental research and public health**, v.15, n.4, p.1-9, 2018.

ERNBERG, E.; TIDEFORS, I.; LANDSTRÖM, S.Prosecutors' reflections on sexually abused preschoolers and their ability to stand trial.**Child abuse & neglect**, v.57, p.21–29, 2016.

ERNST, M. et al. Sex-dependent associations of childhood neglect and bodyweight across the life span.**Scientific reports**, v.9, n.1, p.1-10, 2019.

FAUS, D. P. et al. Childhood abuse and community violence: Risk factors for youth violence.**Child abuse & neglect**, v.98, p.1-10, 2019.

FERRAZ, M.M.P.; VELOSO, M.M.X.; CABRAL, I.R. Violência sexual contra crianças e adolescentes: análise das notificações a partir do debate sobre gênero. **DESIDADES: Revista Eletrônica de Divulgação Científica da Infância e Juventude**, n. 29, p. 134-150, 2021.

FITE, P. J. et al. Tobacco and cannabis use in college students are predicted by sex‐dimorphic interactions between MAOA genotype and child abuse. **CNS neuroscience & therapeutics**, v.25. n.1, p.101-11, 2019.

GAUSMAN, J. et al. A social-ecological examination into the research, policy and health service delivery environment related to early marriage and sexual and gender-based violence among youth in Jordan. **BMC international health and human rights**, v.20, n.1, p.1-19, 2020.

GERWIRTZ-MEYDAN, A. et al. The complex experience of child pornography survivors.**Child Abuse & Neglect**, v.80, p.238-248, 2018.

GHOSH, R. et al. Impact of COVID-19 on children: special focus on the psychosocial aspect. **Minerva Pediatrica**, v.72, n.3, p.226-235, 2020.

GOMES, M.A.; PEREIRA, M.L. Família em situação de vulnerabilidade social:uma questão de políticas públicas. **Ciências e Saúde Coletiva**, v.10, n.2, p.357-363, 2005.

GUEDES, A. C. et al. Cerrar la brecha: revisión mundial acerca de las intersecciones entre la violencia contra la mujer y la violencia contra los niños y las niñas. **Rev Panam Salud Publica**,v.41, p.1-15, 2017.

HASSAN, G. et al. Mental health and psychosocial wellbeing of Syrians affected by armed conflict. **Epidemiology and psychiatric sciences**, v.25, n.2, p.129–141, 2016.

HEANY, S. J. et al. The neural correlates of Childhood Trauma Questionnaire scores in adults: A meta-analysis and review of functional magnetic resonance imaging studies. **Development and Psychopathology**, 30(4), 1475-1485, 2018.

HÉBERT, M. et al. Alexithymia as a mediator of the relationship between child sexual abuse and psychological distress in adolescence: A short-term longitudinal study. **Psychiatry research**, v.260, p.468–472, 2018.

HÉBERT, M.; LANGEVIN, R.; OUSSAÏD, E. Cumulative childhood trauma, emotion regulation, dissociation, and behavior problems in school-aged sexual abuse victims. **Journal of affective disorders**, v.225, p.306–312, 2018.

HOSTINAR, C. E. et al. Frontal brain asymmetry, childhood maltreatment, and low-grade inflammation at midlife. **Psychoneuroendocrinology**, *75*, 152-163, 2017.

HOUNMENOU, C. Exploring child prostitution in a major city in the West African region. **Child Abuse & Neglect**, v.59, p.26-35, 2016.

JINA, R. et al. Unspoken victims: A national study of male rape incidents and police investigations in South Africa. **South African Medical Journal**, v.110, n.9, p.926-931, 2020.

KHOSRAVI, M. Child maltreatment-related dissociation and its core mediation schemas in patients with borderline personality disorder. **BMC psychiatry**, v.20, n.1, p.1-9, 2020.

KIM, S. T. et al. Multidimensional impulsivity as a mediator of early life stress and alcohol dependence. **Scientific reports**, v.8, n.1, p.1-9, 2018.

KRANN, T. C. et al. Child maltreatment and clinical outcome in individuals at ultra-high risk for psychosis in the EU-GEI high risk study. **Schizophrenia bulletin**, v.44, n.3, p.584-592, 2018.

LEONCIO, É. T.; SOUZA, S. R. P. D.; MACHADO, J. L. M. Degradação do vínculo parental e violência contra a criança: o uso do genograma familiar na prática clínica pediátrica. **Revista Paulista de Pediatria**, v.35, p.185-90, 2017.

LEOSCHUT, L.; KAFAAR, Z. The frequency and predictors of poly-victimisation of South African children and the role of schools in its prevention. **Psychology,****Health & Medicine**, v.22, n.1, p.81-93, 2017.

LUCCHESE, R. et al. Histórico de violência contra a mulher que vivencia o abuso de álcool e drogas. **Rev. enferm. UFPE on line**, p.3623-3631, 2017.

LUCIA, M. M. et al. Influence of the type of childhood violence on cannabis abuse and dependence among adolescents: a systematic review and meta-analysis. **Adicciones**, v.32, n.1, p.63-76, 2020.

LUTZ, P. E. et al. Association of a history of child abuse with impaired myelination in the anterior cingulate cortex: convergent epigenetic, transcriptional, and morphological evidence. **American Journal of Psychiatry**, v.174, n.12, p.1185-1194, 2017.

MACHIEWICZ SEGHETE, K. L.; DEPRINCE, A. P.; BANICH, M. T. Association Between Initial Age of Exposure to Childhood Abuse and Cognitive Control: Preliminary Evidence. **Journal of Traumatic Stress**, v.31, n.3, p.437–447, 2018.

MANDAVIA, A. et al. Exposure to Childhood Abuse and Later Substance Use: Indirect Effects of Emotion Dysregulation and Exposure to Trauma. **Journal of Traumatic Stress**, v.29, n.5, p.422–439, 2016.

MARTÍN-BLANCO, A. et al. The role of hypothalamus–pituitary–adrenal genes and childhood trauma in borderline personality disorder. **European Archives of Psychiatry and Clinical Neuroscience**, v.266, n.4, p.307-316, 2016.

MASON-JONES, A. J.; NICHOLSON, P. Structural violence and marginalisation. The sexual and reproductive health experiences of separated young people on the move. A rapid review with relevance to the European humanitarian crisis. **Public Health**, v.158, p.156–162, 2018.

MATHEWS, B. et al. Educating early childhood care and education providers to improve knowledge and attitudes about reporting child maltreatment: A randomized controlled trial. **PloS One**, v.12, n.5, p.1-19, 2017.

MCALPINE, A.; HOSSAIN, M.; ZIMMERMAN, C. Sex trafficking and sexual exploitation in settings affected by armed conflicts in Africa, Asia and the Middle East: systematic review. **BMC International Health and Human Rights**, v.16, n.1, p.1-16, 2016.

MCCRORY, E. J.; GERIN, M. I.; VIDING, E. Annual Research Review: Childhood maltreatment, latent vulnerability and the shift to preventative psychiatry - the contribution of functional brain imaging. **Journal of Child Psychology and Psychiatry, and Allied Disciplines**, v.58, n.4, p.338–357, 2017.

MCGEOUGH, B. L.; STERZING, P. R. A Systematic Review of Family Victimization Experiences Among Sexual Minority Youth. **The Journal of Primary Prevention**, v.39. n.5, p.491–528, 2018.

MCLAUGHLIN, K. A. et al. Childhood adversities and post-traumatic stress disorder: evidence for stress sensitisation in the World Mental Health Surveys. **The British Journal of Psychiatry**, v.211, n.5, p.280-288, 2017.

MENDES, P.; PINSKIER, M.; MCCURDY, S. How do Jewish communities respond to manifestations of institutional child sexual abuse? A case study of Malka Leifer and Adass Israel in Melbourne, Australia. **Journal of Child Sexual Abuse**, v.28, n.8, p.927-944, 2019.

BRASIL. **Linha de cuidado para a atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violências: orientação para gestores e profissionais de saúde.** Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. 2010. http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/consulta-publica/arquivos/1393133501.pdf. Acesso em 16 jul. 2021.

MITCHELL, K. et al. Rethinking research on sexual exploitation of boys: Methodological challenges and recommendations to optimize future knowledge generation. **Child Abuse & Neglect**, v.66, p.142–151, 2017.

MOREIRA, R. B. O enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil. In: VERONESE, J.R.P. (org.) **Direito da criança e do adolescente – novos cursos, novos temas**. Lumen Juris, p.607-635, 2017.

MOYNIHAN, M. et al. A systematic review of the state of the literature on sexually exploited boys internationally. **Child Abuse & Neglect**, v.76, p.440–51, 2018.

NEGRIFF, S.; VALENTE, T. W. Structural characteristics of the online social networks of maltreated youth and offline sexual risk behavior. **Child Abuse & Neglect**, v.85, p.209–219, 2018.

NEVES, S.M.; SANCHES, M.A. As relações entre violência familiar e violência social. In: Sanches, M.A. e Simão-Silva, D.P. **Violência Familiar: múltiplas faces e muitas marcas**. Editora CRV - série Bioética, p.13-24, 2017.

OGUNJIMI, A. I. et al. Experience-based perception of vulnerability factors to child sexual abuse by health care professionals in Nigeria: a qualitative approach. **Journal of interpersonal violence**. p.1-26, 2020.

OHLSSON GOTBY, V. et al. Childhood neurodevelopmental disorders and risk of coercive sexual victimization in childhood and adolescence–a population‐based prospective twin study. **Journal of Child Psychology and Psychiatry**, v.59, n.9, p.957-965, 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança.** **Adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 20 de novembro de 1989.** Disponível em:<https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca> Acesso: 16 jul. 2021.

\_\_\_\_\_\_\_Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Universal Declaration on Bioethics and Human Rights, 2005** Disponível em: <http://www.unesco.org/new/en/social-andhumansciences/themes/bioethics/bioethics-and-human-rights/>. Acesso em: 15 jul. 2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Relatório Mundial sobre Violência e Saúde**, 2002. Ed. KRUG, E.G. et al. Organização Mundial de Saúde. Disponível em: <https://www.who.int/violence_injury_prevention/violence/world_report/en/>. Acesso em: 15 jul. 2021.

OTTISOVA, L. et al. Psychological consequences of child trafficking: An historical cohort study of trafficked children in contact with secondary mental health services. **PloS One**, v.13, n.3, p.1-14, 2018.

ÖZDIN, S. et al. Early maladaptive schemas in patients with bipolar and unipolar disorder. **International Journal of Psychiatry in Clinical Practice**, v.22, n.2, p.151-156, 2018.

PETERMAN, A. et al. Understanding the linkages between social safety nets and childhood violence: a review of the evidence from low- and middle-income countries. **Health policy and planning**, v.32, n.7, p.1049–1071, 2017.

PITTENGER, S. L.; POGUE, J. K.; HANSEN, D. J. Predicting Sexual Revictimization in Childhood and Adolescence: A Longitudinal Examination Using Ecological Systems Theory. **Child Maltreatment**, v.23, n.2, p.137–146, 2018.

REID, J. A. Sex trafficking of girls with intellectual disabilities: An exploratory mixed methods study. **Sexual Abuse**, v.30, n.2, p.107-131, 2016.

REES, S. et al. Believe# metoo: sexual violence and interpersonal disclosure experiences among women attending a sexual assault service in Australia: a mixed-methods study. **BMJ Open**, v.9, n.7, p.1-10, 2019.

ROSANELI, C.F. Diante da dor do outro. In: ROSANELI, C.F. (org.) **Fomes Contemporâneas.** Curitiba:PUCPRESS, p.8-16, 2020.

ROSANELI, C.F.; SPINELLI, S.M.; CUNHA, T.R. Bioética e infância: a alimentação como referência na atenção à saúde. **Revista Iberoamericana de Bioética**, v.2, p.1-10, 2016.

SANCHES, L.C. et al. Violência sexual infantil no Brasil: uma questão de saúde pública. **Revista Iberoamericana de Bioética**, v.9, p.1-13, 2019.

SARMIENTO, P. Bioética e infancia: compromiso ético con el futuro. **Pers. Bioét**, 4(1), 10-29, 2010.

SCHALINSKI, I. et al. Type and timing of adverse childhood experiences differentially affect severity of PTSD, dissociative and depressive symptoms in adult inpatients.**BMC Psychiatry**, v.16, n.1, p.1-15, 2016.

SEVLEVER, M.; ROTH, M.E.; GILLIS, J.M. Abuso Sexual e Ofensa em Transtornos do Espectro Autista. **Sex Disabil**, v.31, p.189-200, 2013.

SHIELDS, A. E. et al. Childhood abuse, promoter methylation of leukocyte NR3C1 and the potential modifying effect of emotional support. **Epigenomics**, v.8, n.11, p.1507–1517, 2016.

SIGURDARDOTTIR, S.; HALLDORSDOTTIR, S. Screaming Body and Silent Healthcare Providers: A Case Study with a Childhood Sexual Abuse Survivor. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v.5, n.1, p.1-17, 2018.

SILVA, A. J. C. D.; TRINDADE, R. F. C. D.; OLIVEIRA, L. L. F. D. Presumption of sexual abuse in children and adolescents: vulnerability of pregnancy before 14 years. **Revista brasileira de enfermagem**, v.73,p.1-7, 2020.

SNYDER, J. A. The link between ADHD and the risk of sexual victimization among college women: Expanding the lifestyles/routine activities framework. **Violence Against Women**, v.21, n.11, p.1364-1384, 2015.

TEICHER, M. H.; SAMSON, J. A. Annual Research Review: Enduring neurobiological effects of childhood abuse and neglect. **Journal of Child Psychology and Psychiatry, and Allied Disciplines**, v.57, n.3, p.241–266, 2016.

TEN HAVE, M. et al. Childhood maltreatment, vulnerability characteristics and adult incident common mental disorders: 3-year longitudinal data among> 10,000 adults in the general population. **Journal of Psychiatric Research**, v.113, p.199-207, 2019.

TENDOLKAR, I. et al. Physical neglect during childhood alters white matter connectivity in healthy young males. **Human Brain Mapping**, v.39, n.3, p.1283-1290, 2018.

TOLLENAAR, M. S. et al. The association of childhood maltreatment with depression and anxiety is not moderated by the oxytocin receptor gene. **European archives of psychiatry and clinical neuroscience**, v.267, n.6, p.517-526, 2017.

TOLU, L. B.; GUDU, W. Sexual assault cases at a tertiary referral hospital in urban Ethiopia: One-year retrospective review. **PloS One**, v.15, n.12, p.1-12, 2020.

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância. **Um mundo melhor para as crianças, após 2015**, 2016. Disponível em: <http://www.unicef.org/agenda2030/files/Post_2015_OWG_review_CR_FINAL_port.pdf>. Acesso em 17 jul. 2021.

VERONESE, J.R.P.; ROSSETTO, G.M. O mal que causamos e o mal que sofremos: por mais cuidado com a criança. In: VERONESE, J.P.R. (org.) **Lições de direito da criança e do adolescente.** 1. ed.Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021. p.15-36.

VERONESE, J.R.P. **Convenção sobre os Direitos da Criança: 30 anos – sua incidência no Estatuto da Criança e do Adolescente**. Salvador: Ed.JusPodivm, 2019.

XUE, J. et al. The hidden pandemic of family violence during COVID-19: unsupervised learning of tweets. **Journal of Medical Internet Research**, v.22, n.11, 2020.

ZIJLSTRA, E. et al. Vulnerability and revictimization: Victim characteristics in a Dutch assault center. **Journal of Forensic and Legal Medicine**, v.52, p.199-207, 2017.

WARNER, E. T. et al. Physical and sexual abuse in childhood and adolescence and leukocyte telomere length: A pooled analysis of the study on psychosocial stress, spirituality, and health. **PloS One**, v.15, n.10, p.1-24, 2020.

WEISSMAN, D. G. et al. Reduced hippocampal and amygdala volume as a mechanism underlying stress sensitization to depression following childhood trauma. **Depression and Anxiety**, v.37, n.9, p.916-925, 2020.

**Resumo**

Este estudo foi realizado com o objetivo de identificar os fatores de vulnerabilidades em que as crianças são violadas em sua infância por conta das violências sexuais. Trata-se de uma revisão integrativa, utilizando os seguintes descritores: violência sexual, criança, infantil, infância, vulnerabilidade, nas línguas portuguesa, inglesa e espanhola. Os dados obtidos permitiram a categorização e análise das vulnerabilidades individuais e sociais abordadas nos 80 textos científicos analisados. A violência sexual infantil acarreta consequências negativas para o desenvolvimento neurológico, emocional, físico e social das vítimas, sendo responsabilidade de todos o enfrentamento efetivo a essa violação. A bioética, na tentativa de garantir o respeito à dignidade e a proteção à infância, busca desvelar e promover ações de reflexão e de prevenção da violência contra essa população vulnerável.

**Palavras-chave**: Vulnerabilidade, Infância, Direitos Humanos, Abuso sexual, Bioética.

**Abstract**

This study was conducted with the objective of identifying the vulnerability factors in which children are violated in their childhood due to sexual violence. This is an integrative review, using the following descriptors: sexual violence, child, childhood, vulnerability, in Portuguese, English and Spanish. The data obtained allowed the categorization and analysis of individual and social vulnerabilities addressed in the 80 scientific texts analyzed. Child sexual violence has negative consequences for the neurological, emotional, physical, and social development of victims, and everyone is responsible for effectively confront this violation. Bioethics, in an attempt to guarantee respect for dignity and protection of children, seeks to unveil and promote actions to reflect and prevent violence against this vulnerable population.

**Keywords**: Vulnerability, Childhood, Human Rights, Sexual Abuse, Bioethics.

**Resumen**

Este estudio se realizó con el objetivo de identificar los factores de vulnerabilidad en los que los niños son violados en su niñez debido a la violencia sexual. Se trata de una revisión integradora, utilizando los siguientes descriptores: violencia sexual, niñez, infantil, infancia, vulnerabilidad, en portugués, inglés y español. Los datos obtenidos permitieron la categorización y análisis de las vulnerabilidades individuales y sociales abordadas en los 80 textos científicos analizados. La violencia sexual infantil tiene consecuencias negativas para el desarrollo neurológico, emocional, físico y social de las víctimas, y es responsabilidad de todos enfrentar eficazmente esta violación. La bioética, en un intento por garantizar el respeto a la dignidad y protección de la niñez, busca develar y promover acciones de reflexión y prevención de la violencia contra esta población vulnerable.

**Palabras clave:** Vulnerabilidad, Infancia, Derechos Humanos, Abuso Sexual, Bioética.